



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 124, DE 2006

(Nº 282/2006, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARMELITO DE MELO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Os méritos do Senhor Carmelito de Melo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de abril de 2006.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Nelson Jobim", is placed over a large, light-colored oval.

(\*) Republicado para reordenamento de páginas.

00001.003708/2006-14



EM N° 00146 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de abril de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **CARMELITO DE MELO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **CARMELITO DE MELO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim*

**I N F O R M A Ç Ã O**  
**CURRICULUM VITAE**

**MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE CARMELITO DE MELO**

CPF.: 1098942949

ID.: 7605 MRE/DF

20/09/1947	Filho de Carlos de Melo e Helena Gorski de Melo, nasce em 20 de setembro, em Guarapuava/PR
20/12/1971	Ciências Sociais pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Arapongas/PR
18/11/1979	CPCD - IRBr
19/11/1979	Terceiro Secretário em 19 de dezembro
13/12/1979	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
17/12/1981	Segundo Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
19/12/1982	Pós-Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/DF
12/04/1983	CAD - IRBr
03/11/1983	Delegação Permanente em Genebra, Segundo Secretário
01/04/1987	Embaixada em Ottawa, Segundo e Primeiro Secretário
17/12/1987	Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
15/03/1990	Presidência da República, Secretaria Geral, Adjunto
28/11/1990	Medalha "Mérito de Santos Dumont", Ministério da Aeronáutica
20/04/1991	Ordem do Rio Branco, Oficial
04/06/1991	Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Comendador
01/08/1991	Representante do Governo brasileiro no Conselho de Administração da OIT
01/09/1991	Presidência da República, Secretaria Geral, Chefe de Gabinete, interino
06/07/1993	Secretaria de Controle Interno, Subsecretário de Auditoria
22/12/1996	Conselheiro, por merecimento, em 22 de dezembro
15/09/1998	Delegação Permanente junto à UNESCO, Conselheiro
30/05/2000	CAE - IRBr, A especificidade do Itamaraty na Administração Pública Federal, à luz da teoria weberiana de burocracia
28/02/2002	Agência Brasileira de Cooperação, assessor
30/07/2002	Agência Brasileira de Cooperação, Coordenador-Geral de Administração de Projetos (UAP)
27/12/2002	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 27 de dezembro
06/11/2003	Embaixada em La Paz, Ministro-Conselheiro

*Claudia D'Angelo*  
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente**  
**Médio**

**Divisão da África I**

**REPÚBLICA DO BENIN**

A República do Benin, antigo Reino de Daomé, é um país de dimensão territorial reduzida (112,6 mil km<sup>2</sup>) da África Ocidental, confinando com a Nigéria, Togo, Burkina Faso, Niger e banhado ao sul pelo Atlântico. Possui população estimada (2005) de 7,4 milhões de habitantes, com um PIB per capita da ordem de US\$ 642 (2005). Embora fortemente dependente de suas exportações de algodão, o país é rico em fosfatos, ferro e cromo, dispondo, também, de reservas petrolíferas.

O Benin está entre os países que alcançaram cumprir metas de desempenho macroeconômico e pôde, portanto, beneficiar-se, a partir de 2000, de recursos do FMI aos HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*). Nos últimos anos, o Benin vem buscando efetuar reformas econômicas com vistas a reduzir o déficit público e a dinamizar o setor privado.

O Benin é uma república unitária, com um presidente eleito por voto popular para até dois mandatos consecutivos de 5 anos. O atual Chefe de Estado e de Governo é Mathieu Ahmad Kérékou, eleito em março de 1996 e reeleito em março de 2001.

O Poder Legislativo é exercido por uma assembleia nacional unicameral, com 83 representantes eleitos por voto popular para mandatos de 4 anos. A atual constituição do país foi promulgada em dezembro de 1990. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é Rogatien Biaou. O Benin celebra sua data nacional no dia da independência, 1º de agosto. O idioma oficial é o francês.

**POLÍTICA INTERNA**

Durante a ocupação francesa, a partir de 1893, e até a independência, em 1960, o Benin, que integrava o antigo Reino do Daomé, faz parte da Federação Francesa da África Ocidental. O primeiro presidente do país, Hubert Maga, foi eleito em 1960 e deposto por golpe militar em 1963. Ao longo dos anos 60, o país viveu período de golpes freqüentes, com o poder se alternando entre juntas militares e governos civis, de efêmera duração.

Dado histórico relevante para o Brasil com relação ao Benin é o fato de que, a partir de 1830, começaram a retornar ao Benin escravos alforriados, procedentes sobretudo da Bahia e Pernambuco, que formaram elite política do país. Quando o país passou a ser colônia da França, em 1893, essa elite foi aproveitada para assessorar a administração francesa. Os retornados, ou “agoudas”, como são chamados, constituíram a classe média da colônia, criaram jornais e muitos, como Casimiro de Almeida, se destacaram como líderes pró-independência.

Em outubro de 1972, o major Mathieu Kérékou deu um golpe de Estado e iniciou ditadura que se prolongou até 1990. Em 1974, Kérékou instituiu o marxismo-leninismo no país, que passou a denominar-se “República Popular do Benin”. O novo regime unipartidário, baseado no Partido da Revolução Popular, estatizou grande número de empresas, bancos e fazendas. Além disso, a religião foi proscrita e os dois principais credos, o catolicismo e o candomblé, passaram a ser perseguidos como “reacionários”.

Na realidade, a sociedade beninense jamais se enquadrou no modelo marxista, fosse por lhe faltarem importantes postulados daquela ideologia, como, por exemplo, uma classe proletária, fosse pela subsistência de importantes laços com a França, da qual o país recebia substancial auxílio, nunca superado pelos modestos índices de assistência recebida da ex-União Soviética.

Durante 1998, várias tentativas de golpe, além de uma sucessão de greves, paralisaram a economia. O colapso do comunismo internacional, no final da década de 80, acelerou o fim do regime, e Kérékou convocou as “forças vivas da nação” para uma “Conferência Nacional”.

A Conferência realizou-se em 1990, tendo sido presidida por um descendente de brasileiros, o Bispo de Cotonou, Dom Isidoro de Souza. Foi votada nova constituição, consagrando os princípios do pluralismo democrático. A nova carta magna fixou o mandato presidencial em 5 anos, com direito a uma única reeleição. O poder legislativo passou a ser exercido por assembleia nacional unicameral, composta de 83 membros eleitos por período de quatro anos. Quanto ao poder judiciário, além da Corte Suprema, criou-se a Corte Constitucional, encarregada de julgar matérias constitucionais. Além disso, o país teve o nome alterado para “República do Benin”, e foram criados numerosos partidos políticos – inclusive o comunista. Estabeleceu-se cronograma para a realização de eleições parlamentares e presidenciais. Os pleitos realizaram-se em 1991, sendo eleito Presidente Nicéphore Soglo, derrotando Kérékou por grande margem de votos.

Apelidado de “camaleão”, pela sua extraordinária capacidade de readaptação à conjuntura política, Kérékou, derrotado, recolheu-se à abstinência política na sua região natal, ao norte do país. O Presidente Soglo, apesar de dinâmico e competente (ex-administrador do Banco Mundial), sofreu sério desgaste no seu quinquênio 1991-96. Acusado de elitista e arrogante, foi gradualmente perdendo o apoio popular. Apesar de sua boa administração, Soglo foi derrotado por Kérékou, que renasceu de suas cinzas nas eleições de fevereiro e março de 1996. Para vencer no segundo turno, o “camaleão” renunciou à sua patente militar, converteu-se ao catolicismo, passou a intitular-se reformista e fez valer, uma vez mais, o seu indiscutível carisma. O apoio de Adrien Houngbedji, líder do *Parti du Renouveau Démocratique* (PRD), foi fundamental para a vitória de Kérékou. Como recompensa, o Presidente criou o cargo de Primeiro-Ministro e nomeou Houngbedji para ocupá-lo.

Os primeiros dois anos do Governo Kérékou-Houngbedji mostraram fissuras no pacto eleitoral que elevou ambos ao poder. O *Parti du Renouveau Démocratique* (PRD) de Houngbedji retirou-se da Frente Parlamentar “Solidariedade e Progresso” em 1997. Em maio de 1998, o Primeiro-Ministro renunciou ao cargo, pondo fim à coalizão governista.

Nas eleições presidenciais de março de 2001, o Presidente Kérékou disputou, no primeiro turno, com 17 candidatos, dentre os quais, o ex-Presidente Nicéphore Soglo, principal figura da oposição e candidato com as melhores chances de derrotá-lo, Adrien Houngbedji, então Presidente da Assembléia Nacional, e Bruno Amoussou, então Ministro do Planejamento e do Desenvolvimento.

Kérékou obteve 47% dos votos, Soglo 28% e Houngbedji 12,6%. Desistiram, alegando manipulação eleitoral. Declarada oficialmente sua vitória, o presidente eleito tomou posse em 4 de abril de 2001.

O resultado de eleições legislativas, realizadas em março de 2003, levou o Movimento Presidencial, coalizão governista, a ocupar 52 assentos da assembléia nacional, de um total de 83, dotando o governo de confortável apoio parlamentar.

Já ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais, no início de março. Nelas, o atual Presidente (72), pelas disposições constitucionais (limite etário de 70 anos e já reeleito uma vez) não poderia concorrer. O pleito transcorreu dentro da normalidade e a alternância democrática deve estar assegurada, uma vez que Kérékou não favoreceu qualquer nome entre os mais de vinte candidatos que se apresentaram, inclusive pela legenda do PRD.

Rumores pré-eleitorais de que seria elaborada emenda constitucional, de modo a permitir nova candidatura Kérékou, foram fortemente rechaçadas pela opinião pública, inclusive em manifestações de rua, e pelo próprio Presidente.

## ECONOMIA

A economia do Benin baseia-se predominantemente na agricultura, especificamente na produção de algodão, azeite de dendê, castanhas e madeiras tropicais. O país é rico em fosfatos, ferro e cromo, dispondendo, também, de reservas petrolíferas, ainda que modestas. A população economicamente ativa é da ordem de 2 milhões de pessoas, com 60% na agricultura, 2% na indústria e 38% no setor de serviços (transportes, comércio e serviços públicos).

Aproximadamente apenas a terça parte da população do Benin tem acesso a padrões mínimos de saneamento e assistência médico-hospitalar; 20% completaram o curso secundário e somente 60% têm acesso à água potável. Efetivamente, trata-se de um dos países mais pobres do mundo, figurando nos relatórios do PNUD como país da categoria “low human development”.

Relatório do FMI, de fins de 2003, indicava que o Benin vinha atingindo, nos últimos anos, metas de desempenho econômico que têm habilitado o país a receber os desembolsos periódicos da instituição.

Comércio Exterior do Benin (US\$ milhões)	2002	2003	2004*
Exportações (fob)	241,5	278,7	277,4
Importações (fob)	720,8	1.797,9	1.337,8
Saldo Comercial	-479,3	-1.519,2	-1.059,9
Intercâmbio Comercial	962,3	2.076,6	1.615,7

## **POLÍTICA EXTERNA**

Após ter seguido uma política externa de alinhamento com os países do bloco socialista, sobretudo durante o período de “República Popular”, o Benin hoje se insere pragmaticamente na esfera ocidental, mantendo excelente relacionamento com a França e demais países da União Européia. Com a ex-metrópole, além do intercâmbio comercial, mantém importantes laços no setor de defesa. O Benin, no entanto, não deixou de ter boas relações com os países socialistas, os quais continuam sendo parceiros importantes.

No contexto africano, o Benin é um dos fundadores da CEDEAO, além de integrar outros organismos regionais para o desenvolvimento e a segurança. O país não tem disputas territoriais nem tampouco conflitos étnicos, atuando de modo construtivo no cenário político regional. Desde 1996, o Benin vem intensificando o relacionamento com os países vizinhos, sobretudo com a Nigéria, principal mercado para os seus produtos (existe um dinâmico comércio de contrabando entre os dois países; registre-se que em agosto de 2003, em virtude dos problemas de contrabando e tráfico humano, a Nigéria fechou suas fronteiras com o Benin durante uma semana). O relacionamento com o Togo, Burkina Faso, Niger e Mali também vem sendo reforçado.

## **RELAÇÕES COM O BRASIL**

Apesar da forte ligação histórica e humana, as relações diplomáticas com o Benin, estabelecidas em 1961 e exercidas cumulativamente com a Embaixada do Brasil em Lagos, têm sido pouco expressivas, limitando-se a algumas visitas de autoridades beninenses ao nosso país, na década dos anos oitenta.

Nos foros multilaterais, o Benin tem com freqüência apoiado as candidaturas brasileiras, havendo confirmado, em abril de 2002, seu voto ao candidato brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A Chancelaria beninense vem procurando promover um relançamento de seu relacionamento com o Brasil, que vem sendo estimulado pela parte brasileira. Em 2004, o então Diretor do DEAF, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, em périplo pela África Ocidental, incluiu o Benin no roteiro. Naquela visita, foram identificados diversos pontos de interesse mútuo para compor uma nova agenda de cooperação. Ainda em 2004, visitou o Brasil o Embaixador Cyrille Oguin, Embaixador do Benin em Washington (posto que detém a cumulatividade com o Brasil).

Em junho de 2005, o funcionário da Embaixada do Benin em Washington, Conselheiro Emmanuel E. Ohin, visitou Brasília. Além de tomar as primeiras informações sobre os procedimentos necessários para a abertura da Embaixada residente no Brasil, o diplomata submeteu à parte brasileira projetos de acordos de cooperação, de estabelecimento da comissão mista e de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, que foram assinados durante a visita do Chanceler Rogatien Biaou, ocorrida em 11 de agosto de 2005.

Durante a visita do Presidente Lula da Silva ao Benin, em fevereiro passado, foi anunciada a próxima abertura de Embaixada residente do Brasil em Cotonou. A medida é muito oportuna, não apenas por ser o Benin um estável posto de observação na África Ocidental, como também pelos fortes vínculos históricos que unem os dois países, materializados em variadas manifestações culturais brasileiras e na presença, no Benin, de comunidade de cerca de 5.000 descendentes de brasileiros, ex-escravos retornados, em sua maioria. Essa comunidade, dos chamados “agudás”, em idioma *fon*, ou, tão simplesmente, “brésiliens”, faz questão de manter seus sobrenomes brasileiros (Souza, Silva, Martins e outros) e mantém a tradição de organizar festas brasileiras, como o “Bumba-Meu-Boi”, no Benin chamado de “Burrinha”.

O Benin, ao lado da Nigéria e de Gana, podem ser considerados como os países da África Ocidental onde o Brasil detém maior capital político.

### **Intercâmbio comercial**

A relação de trocas comerciais do Brasil com o país nos últimos anos registra volumes anuais modestos e decrescentes, em razão da diminuição das importações brasileiras. Assim, em 2004, o volume comercial atingiu apenas US\$ 19,77 milhões, contra US\$ 84,3 milhões em 1998.

Os esporádicos saldos favoráveis ao Benin devem-se a um único produto beninense: algodão não cardado nem penteado, de fibra longa e alta qualidade, destinado à indústria têxtil brasileira. Ressalte-se que o Brasil, embora nos últimos anos venha importando menos, é importante parceiro comercial do Benin.

Com relação às exportações brasileiras para o Benin, a pauta resume-se a artigos de bijuteria, tais como brincos, colares, pulseiras de fantasia, etc. Segundo estimativa da Embaixada brasileira na Nigéria, o comércio de contrabando desses artigos pode atingir cifra bem superior àquela registrada pelas estatísticas oficiais. O comércio entre os dois países situa-se bem aquém do seu potencial. O Benin importa bens de capital, alimentos e manufaturados diversos, produtos esses que poderiam ser oferecidos pela indústria brasileira. No momento não há registro de empresas brasileiras atuando no Benin. A Construtora Andrade Gutierrez chegou, no passado, a manifestar interesse em alguns projetos de pequeno porte, mas não concretizou qualquer iniciativa.

### **INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BENIN (2003/05)**

(em milhões de US\$)	2003	2004	2005
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>15,4</b>	<b>18,86</b>	<b>31,997</b>
<b>Importações brasileiras</b>	<b>0,026</b>	<b>0,905</b>	<b>2,0</b>
<b>Volume</b>	<b>15,426</b>	<b>19,77</b>	<b>31,999</b>
<b>Balança</b>	<b>15,37</b>	<b>17,96</b>	<b>31,995</b>

*Fonte: MDIC/SECEX / Sistema Alice*

**DAF -I**

Aviso nº 410 I - C. Civil.

Em 26 de abril de 2006.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARMELITO DE MELO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Publicado no DSF de /05/2006

---

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: (12430/2006)